

Possíveis contribuições da Educação Científica para contrapor estereótipos dos Povos Indígenas na escola.

Possible contributions of Science Education to counter stereotypes of Indigenous Peoples at school

Jairo Adriano Almeida do Nascimento (Jairo Alna)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
jairoalna@gmail.com

Danilo Seithi Kato

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
danilo.kato@uftm.edu.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica de modo a compreender em que medida a educação científica aparece nos trabalhos publicados no contexto de valorização da diversidade nas escolas, mais especificamente, relacionadas à celebração do Dia dos Povos Indígenas e à Educação Antirracista. Para isso, trabalhos contendo os termos “educação científica”, “dia do índio” e “dia dos povos indígenas” foram pesquisadas nas bases Google Acadêmico, Scielo, BDTD e Portal de Periódicos da CAPES. Como resultados, percebe-se que a comemoração do “dia do índio” nas escolas é, em geral, um equívoco, em que há uma generalização das riquezas culturais e das diversidades indígenas, criando uma imagem deturpada que se afasta e descola da realidade. Nesse contexto a Educação Científica ganha espaço pois pode contribuir para que os(as) alunos(as) ampliem seus referenciais por meio da pesquisa e atualizem possíveis representações arcaicas em seus imaginários quando se aborda essa temática.

Palavras chave: educação científica, dia do índio, dia dos povos indígenas, educação anti-racista, educação para as relações étnico-raciais, educação.

Abstract

This work aims to present a bibliographic review in order to understand the extent to which scientific education appears in published works in the context of valuing diversity in schools, more specifically, related to the celebration of Indigenous Peoples' Day and Anti-Racist Education. For this, works containing the terms “scientific education”, “Indian Day” and “indigenous peoples' day” were searched in Google Scholar, Scielo, BDTD and CAPES Portal de Periódicos databases. As a result, it is clear that the celebration of “Indian Day” in schools is, in general, a mistake, in which there is a generalization of cultural riches and indigenous diversities, creating a distorted image that moves away from reality. In this context, Scientific

Education gains ground as it can help students expand their references through research and update possible archaic representations in their imaginations when approaching this theme.

Key words: scientific education, Indian day, indigenous peoples day, anti-racist education, education for ethnic-racial relations, education.

Introdução

A representação dos indígenas nas escolas urbanizadas, muitas vezes é retratada desconsiderando as idiossincrasias inerentes à diversidade desses povos. Levar em conta a diversidade de culturas desses povos tem se estabelecido como um grande desafio na prática escolar com ênfase na educação científica com princípio antirracista. De acordo com Daniel Munduruku – indígena, doutor em educação pela Universidade de São Paulo, pós-doutor em linguística pela Universidade de São Carlos, professor, escritor e ativista indígena brasileiro – a luta do movimento indígena no Brasil tem um papel fundamental na defesa dos saberes tradicionais e acrescenta:

Os reflexos dessa agressão ao saber tradicional – a que Sueli Carneiro denominou epistemicídio – foi o extermínio de diversos povos ou o assolapamento da memória ancestral, obrigando muitos grupos humanos a um “ocultamento” voluntário para fugir da destruição parcial ou total de suas culturas. (MUNDURUKU, 2012, p. 195).

Desapropriadas de seus saberes, minorias étnicas que compõem a população brasileira permanecem relegadas ao segundo plano (KOEPE, et al., 2014). Essa forma inclui um processo de invisibilização, que – *se tratando dos povos indígenas* – só é quebrado durante alguns dias do mês de abril, em ampla medida, de modo estereotipado e racista (PINTO; XAVIER, 2019).

A ativista indígena, professora e pesquisadora Célia Xakriabá, em sua dissertação de mestrado reflete sobre os saberes e os fazeres no território ressaltando epistemologias do povo Xakriabá. Em seu texto ela elucida importância dos movimentos indígenas e os espaços de fala ocupados dentro do cenário social, e destaca a fala de Sônia Guajajara, a primeira indígena do Brasil a se lançar como candidata a co-presidência da república:

Nós indígenas, sabemos o que é ser ignorado dentro do próprio País. Sabemos o que não é ser enxergado dentro das cidades, ser visto como exótico, como alguém que deveria estar no mato. E sabemos que nós somos os únicos invisíveis na cidade. (GUAJAJARA citada por XAKRIABÁ, 2018, p. 89).

Desta maneira constatamos a violência epistêmica quando saberes tradicionais e os povos indígenas são associados a contribuições exóticas ou folclóricas, recebendo menor importância do que lhes é de direito, além de serem vítimas de representações culturais estereotipadas (KOEPE, et al., 2014). Assim como o olhar cruel e romantizado de muitos de nossos antepassados *pegos no laço* – esse termo é escrito com dor.

A maneira como frequentemente a celebração do “dia do índio” é abordada na escola está certamente equivocada. Nessa ocasião, muitas vezes alunos e alunas vestem fantasias e adornam-se com pinturas faciais, adereços improvisados e reproduzem canções descontextualizadas remetendo-se erroneamente a um imagético estereotipado de indígena. Os

níveis educacionais posteriores pouca ou nenhuma atenção dispensam aos povos indígenas nessa data (KOEPE, et al., 2014). Essas frequentes representações nos fazem refletir: como a celebração desta data é abordada na escola? Trata-se de uma “homenagem” ou uma apropriação cultural que reforça estereótipos em uma construção de colonialidade que homogeneiza povos e suas culturas?

Os/as indígenas no Brasil sofrem preconceitos e violências, ainda que existam leis que teoricamente deveriam promover um ambiente de direitos, de “bem estar” e segurança, por conta do projeto colonial de racialização. Nesse contexto, as instituições escolares não são neutras. Desta forma, podemos afirmar que os currículos escolares não são meros transmissores de representações sociais que estão circulando externamente sem interferência; ao contrário, as instituições (re)produzem representações sociais. Em consequência, a escolha do currículo para a inserção de determinados conteúdos, identidades e epistemologias são balizadas por complexas relações de poder (TADEU, 2016). Como efeito disso, grupos marginalizados - aqueles que foram colocados à margem da sociedade - não são representados, ou se são, acontece de forma estereotipada nas escolas brasileiras. Tal fato resulta da dificuldade de se compreender a relação dos indígenas com a sociedade brasileira na contemporaneidade.

Dentro do processo de ensino-aprendizagem a educação científica pode exercer um papel fundamental no desenvolvimento de novas compreensões no universo de alunos e alunas, pois, o contato com as ciências pode viabilizar uma atuação social que valorize as experimentações e questionamentos importantes para transformar a realidade. E a partir desta perspectiva influenciar/desenvolver novas tecnologias para a sociedade.

O ensino tradicional da educação científica nos currículos escolares coloca o conhecimento em um local teórico e repleto de fórmulas. Mas desde os primeiros anos, a prática científica poderia ser apresentada aos discentes de maneira dinâmica e próxima de forma não homogeneizante.

O ensino atual nem sempre exprime a real relevância e o potencial da educação científica para as vivências diárias e para os desbravamentos discentes no mundo além da sala de aula. É preciso, pois, expandir a compreensão da educação científica para proporcionar uma educação problematizadora e que se contrapõe ao cientificismo.

Considerando a relevância do tema, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma revisão bibliográfica de modo a compreender em que medida a educação científica aparece nas pesquisas publicadas em periódicos, teses e dissertações no contexto de valorização da diversidade nas escolas, mais especificamente, relacionadas à celebração do Dia dos Povos Indígenas e à Educação Antirracista.

Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho foi desenvolvida em três partes. Em um primeiro momento foi realizada uma busca bibliográfica no intuito de se ter um panorama geral dos trabalhos publicados sobre o tema Educação Científica e Dia dos Povos Indígenas. Para isso foram acessadas as seguintes bases: Google Acadêmico, Scielo, BDTD e Portal de Periódicos da CAPES, com o recorte temporal dos últimos 40 anos - de 1982 até novembro de 2022. Em cada base de busca foram utilizados os seguintes termos para pesquisa: “educação científica”, “dia do índio” e “dia dos povos indígenas”.

Em um segundo momento, foi realizada a análise documental de modo a ter contato com as informações encontradas no material levantado. De acordo com essa curadoria bibliográfica, é

possível tecer maiores relevâncias nas aproximações do material pesquisado com a temática abordada no presente trabalho.

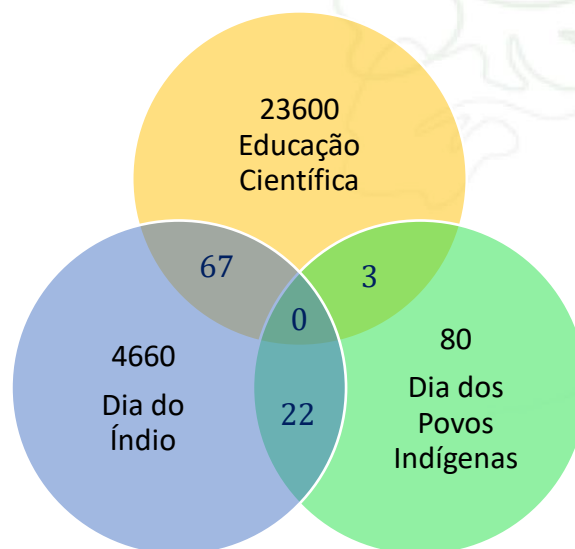
Posteriormente, foi realizada a classificação preliminar dos documentos bem como a seleção e extração das informações mais relevantes. Por fim, foi realizada a síntese da informação com avaliação comparativa dos diferentes resultados da pesquisa bibliográfica dando direcionamento às considerações finais.

Análise dos dados

De acordo com os marcadores identificados, foram encontrados nas bases de busca um total de 23600 trabalhos com o descritor “Educação Científica”; 4660 trabalhos com o descritor “Dia do Índio” e 80 trabalhos com o descritor “Dia dos Povos Indígenas”. Ao estabelecer a combinação entre os termos “Educação Científica” e “Dia do Índio” foram encontrados 67 trabalhos. A combinação dos termos “Educação Científica” e “Dia dos Povos Indígenas” obteve como retorno o total de 3 trabalhos. Ao combinar os termos “Dia do Índio” e “Dia dos Povos Indígenas” foram encontrados 22 trabalhos. Por fim, a combinação dos três descritores “Educação Científica”, “Dia do Índio” e “Dia dos Povos Indígenas” não retornou nenhum trabalho publicado nas plataformas mencionadas.

A Figura Nº 01 apresenta o *Diagrama de Venn* com o quantitativo de trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico.

Figura Nº 01: *Diagrama de Venn* contendo o quantitativo de publicações por descritores e relações entre eles.



Fonte: Autoria própria.

Foi possível perceber que muitos desses resultados, entretanto, não estão no contexto da Educação Científica com abordagem direta à temática Indígena com foco em aspectos da Educação Antirracista sob a ótica do território Escola. Ao realizar a leitura dos resumos e utilização de busca por palavras-chaves dentro dos trabalhos selecionados, chegou-se a um total de 16 trabalhos que satisfaziam as temáticas escolhidas.

Os trabalhos selecionados para a leitura e inserção nessa pesquisa bibliográfica foram publicados entre os anos de 2013 e 2022. De modo geral, essas produções abordam a Educação

Científica em conjunto com Temáticas Indígenas em territórios da educação. Outros alinhavos inerentes a estas discussões foram surgindo como: a Educação Antirracista, no que tange a Educação para as relações étnico-raciais (ERER), fatores e marcos legais, modernidade, política, direitos humanos, práticas de ensino, cotidiano escolar, decolonialidade e interculturalidade.

O trabalho de (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2013) denominado Educação em Ciências e Direitos Humanos: Reflexão-ação em/para uma sociedade plural, trás ao centro do debate a relação entre educação em ciências, os direitos humanos e a perspectiva intercultural. O trabalho assume a desafiadora tarefa de se considerar o ensino de ciências a serviço do respeito à diversidade.

De modo geral, nos dois trabalhos de (KOEPE, 2013) e (KOEPE et al., 2014) há uma crítica em comum quanto a uma educação científica que muitas vezes inserida em um contexto cultural e institucional perpetuado pelo ensino de ciências desde os primeiros anos escolares, muitas vezes não abre espaço para o conhecimento de outras civilizações. Esses foram os trabalhos que mais promoveram as interrelações críticas entre as temáticas Educação Científica e temática Indígena no âmbito educacional. Nesse trabalho foi empregado a análise discursiva e semiótica do contexto da educação científica com a temática do dia do índio em prática pedagógica.

Mais especificamente no trabalho intitulado “O Ensino De Ciências Como Ferramenta Pedagógica De Reconstrução Das Representações Escolares Sobre Os Povos Indígenas”, Koepe et al., (2014) estuda a relação da educação científica com a temática indígena, relacionando a prática pedagógica em uma escola com os aspectos do fenômeno de folclorização e esteriotipação presentes muitas vezes em sala de aula.

De acordo com as autoras e o autor,

Quando da proposição do trabalho junto aos sujeitos, foi possível detectar a visão estereotipada do indígena brasileiro, relacionada ao conceito do bom selvagem. Por vezes, eles dramatizavam situações relacionadas ao imaginário popular, tais como sons guturais, manuseio de arco e flecha, ou interesse acentuado em observar imagens de nus indígenas. Tais atitudes despertaram a necessidade de reformular a visão caricata e preconceituosa que permeia o tema índio na educação atual. “A imagem de um índio genérico, que vive na mata, mora em ocas e tabas, cultura Tupã e Jaci e fala tupi, predominante no senso comum [...]” (GRUPIONI, 2001, p.11). (KOEPE et al., 2014. p. 118)

A respeito do termo índio as autoras e o autor também destacam que:

Nesse ínterim, o autor refuta essa palavra – *índio* – pela sua generalidade, mas, mesmo assim, descreve três diferentes representações socioculturais a ela associadas. A primeira delas, a representação romântica, descreve o nativo como um ser inocente, puro, selvagem e elemento constituinte da floresta, imagem que persiste nos dias atuais e fomenta políticas públicas paternalistas como, por exemplo, a criação da FUNAI. A segunda representa o índio cruel, agressivo, canibal, preguiçoso e traiçoeiro, uma visão também constituinte do imaginário popular contemporâneo e que fundamenta massacres, além de outras ações restritivas e preconceituosas em relação aos povos nativos. A terceira representação, ao contrário das duas anteriores, não tem sua origem no contexto colonial eurocêntrico brasileiro, mas na Constituição de 1988, quando cidadãos indígenas foram reconhecidos, sendo assegurado a eles o

direito de cultivar seus hábitos, valores e o acesso à tecnologia e às outras culturas. (p.116)

Foi possível perceber nesse trabalho que a Educação Científica teve o papel de instigar os alunos a pesquisarem e obterem informações sobre os povos originários, criando assim referências mais atualizadas do imaginário indígena. A metodologia trouxe uma prática de ação ativa em que os estudantes tinham papel importante na construção e reflexão do conhecimento levantado. Nesse ponto, a educação científica permitiu aos estudantes desenvolver outros modos de compressão e informação para além dos disponibilizados nos livros didáticos.

Para Kolling (2017) a transdisciplinaridade surge uma como possibilidade de fresta epistêmica para a Educação Científica capaz de oportunizar transformação, a partir dos sujeitos, em toda a comunidade educacional.

De acordo com Pinto e Xavier (2019) é relevante trabalhar com comunidades específicas se tratando dos povos originários do Brasil, na tentativa de despertar nos discentes a noção de diversidade. Configura-se na tentativa de ir aproximando-se ao indígena contemporâneo e desconstruindo o estereótipo genérico amplamente reproduzido na escola, talvez refletindo sobre populações indígenas do convívio em seu cotidiano. Além disso os autores ressaltam a importância de se pensar nos significados dos termos “índio” e “indígena”. Segundo Daniel Munduruku em uma entrevista à BBC News Brasil (2022), descreve que a palavra “índio” remete a estereótipos preconceituosos relacionados aos povos indígenas, como sendo uma pessoa selvagem. Ele também destaca que o termo adquiriu caráter pejorativo com o tempo, sendo associado à preguiça e atraso. De forma geral, o termo “índio” foi criado para

[...] dar conta de uma ordem colonial, seja na sua versão quinhentista, seja na nacionalista (BONFIL BATALLA, 1997). Essa noção suporta tanto uma homogeneização (OLIVEIRA, 2005) quanto uma relação hierárquica, além dos famosos componentes de uma confusão geográfica por parte dos invasores que chegaram à América imaginando ser a Índia, localidade. A imensa variedade interna dessa categoria é suprimida e colocada em inferioridade em relação ao colonizador, que pode ser uma metrópole ou um Estado-nacional, a população europeia ou a brasileira. (PINTO e XAVIER, 2019, p. 63)

Por outro lado, o termo indígena remete a pessoas que possuem sua ancestralidade com os povos que aqui se estabeleceram anteriormente ao processo colonizador, compreensão enquanto “nativo” e não “selvagem”, porém indo além da linguística, há indígenas que também encontram desconforto ao serem mencionados como “nativo”, por compreenderem que esta nomenclatura também está conectada historicamente ao adjetivo pejorativo “selvagem”. Nessa situação, pode-se perceber que muito além de conveniência e bom senso é uma questão de justiça, respeito e identidade reportar-se a alguém pelo termo indígena do que índio. Sobre esse tema, Viveiros de Castro (2017) destaca que

A palavra indígena é outro termo também usado e não se equivale completamente a índio. A primeira remete ao nativo de algum lugar, em contraposição a populações estrangeiras. O segundo equivale aos descendentes dos nativos americanos em contraposição ao branco (termo genérico para designar os não índios, do ponto de vista indígena). Há povos indígenas por todo o mundo (aborígenes na Austrália, por exemplo), mas índios são os descendentes que se reconhecem e são reconhecidos por suas comunidades como pertencentes a povos que habitavam o continente americano antes da invasão europeia. No contexto da América Latina,

diferentemente do Brasil, essas populações preferem a denominação “povos originários”. Dentro de uma referência mais abrangente, de certa linha da etnologia, emprega-se também a palavra ameríndios, por exemplo, especialmente na tentativa de marcar uma visão de mundo elaborada por esses povos nativos do continente, conhecida na literatura por perspectivismo. (p. 63)

Vale ressaltar que recentemente foi promulgada a Lei 14.402, de 2022, a qual institui que o tradicional “Dia do Índio”, comemorado todo 19 de abril, passa a ser chamado oficialmente de Dia dos Povos Indígenas. A mudança do nome da celebração tem o objetivo de explicitar a diversidade das culturas dos povos originários.

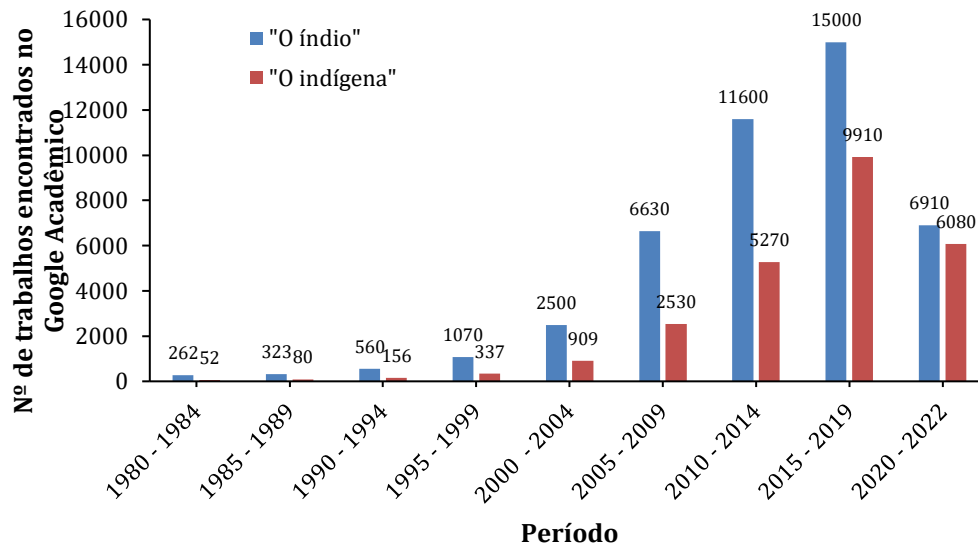
Ainlton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena Crenaque, professor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional. Em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, faz a relação entre a resistência dos movimentos indígenas, o cenário homogeneizante e o reconhecimento das diversidades existentes entre os povos originários do Brasil

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente. Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: “Como os índios vão fazer diante disso tudo?”. Eu falei: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. **Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos.** (KRENAK, 2019, p.15, grifo nosso).

Ainda que existam causas comuns nas lutas dos movimentos indígenas no Brasil, também há o reconhecimento da diversidade entre os povos, isso auxilia na compreensão da importância da não homogeneização ao se tratar da pauta.

A promulgação da Lei 14.402, de 2022 pode ser compreendida, deste modo, como um passo a diante no combate à reprodução de estereótipos e termos possivelmente pejorativos, inclusive dentro do meio acadêmico. Os resultados já podem ser vistos na crescente quantidade de publicações dos últimos anos que utilizam o termo “o indígena” frente a “o índio” (Figura N° 2).

Figura Nº 02: Quantidade de trabalhos encontrados no Google Acadêmico após a busca pelos termos “o índio” e “o indígena”



Fonte: Gráfico de autoria própria de acordo com os dados encontrados no Google Acadêmico.

Em seu trabalho, (NETO, 2020) buscou compreender em que medida uma proposta de ensino desenvolvida em uma parceria com os estudantes indígenas – estruturada por meio de diálogos e sugestões –, matriculados em escolas não indígenas, pode favorecer o ensino de Ciências numa perspectiva multicultural que respeite os saberes das culturas indígenas. Como resultados, Neto observou uma defasagem e certo descaso no que diz respeito ao ensino de Ciências nas salas de aula em que há estudantes indígenas. O material didático e a aula ministrada costumam ser totalmente pensadas do ponto de vista da cultura não indígena. Aparentemente, não havia nem sequer um acompanhamento específico ou, ao menos, uma tentativa de adaptação das aulas para se buscar a compreensão dos conteúdos por parte desses estudantes. Desse modo o autor explica que

A partir de uma perspectiva pluralista do conhecimento, é possível desenvolver um modelo educacional alternativo para o ensino de Ciências que promova a interculturalidade, tomando como eixo o exercício do diálogo (LOPES et al., 2019). Tendo em vista que os interlocutores serão modificados, aos poucos, por meio de uma transformação em direção ao comum, como resultado de uma educação científica intercultural baseada no diálogo crítico que se espera alcançar, torna-se necessária uma compreensão crítica do ensino de Ciências, juntamente com uma transformação das identidades e práticas das pessoas envolvidas no processo educacional. (p. 62, 63)

Embora existam diversas críticas à efetivação da Lei e à atuação do Estado, ela é um dispositivo legal que favorece a

[...] compreensão de que é preciso construir representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais. (Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 2016, p. 2).

Um trabalho importante que trata dessa temática é o realizado por (BICALHO et al., 2022). Nesse trabalho, as autoras tiveram como objetivo analisar as representações sobre os indígenas no ensino de história, tendo como foco a compreensão de qual é o lugar que eles ocupam na escola não indígena, especialmente em um dia muito específico, o 19 de abril. De acordo com as autoras, a temática indígena pode ser abordada em sala de aula sob uma perspectiva interdisciplinar (ou transdisciplinar), tendo como objetivo o reconhecimento e a valorização da cultura e do patrimônio cultural, material e imaterial, dos povos indígenas de diferentes épocas – temas que, conforme nosso currículo, devem ser abordados em diferentes componentes curriculares durante toda a Educação Básica. E, nesse sentido, o Dia do Índio poderia ser tomado como ponto de partida para iniciar ou finalizar uma sequência didática ou um projeto que pretenda dar ênfase aos povos indígenas.

Conclusão e Implicações

Dos anos 2000 pra cá aspectos do currículo escolar tem ganhado força com as Leis 10.639 (2003) e 11.645 (2008), cabe a nós pesquisadores da área da educação e também de todas as áreas fazer com que essa conquista esteja cada vez mais presente em nosso cotidiano. Cabe também a nós e a toda sociedade brasileira fazer valer cada vez mais o reconhecimento dos saberes das comunidades tradicionais e dos povos originários. Uma forma disso acontecer é acompanharmos mais de perto os movimentos que envolvem a escola, a universidade e seus currículos.

Ao que parece não foram encontradas muitas pesquisas com a temática do dia dos povos indígenas comemorado no dia 19 de abril relacionada com a temática educação científica, porém foi interessante perceber como tem se movimentado também outras áreas do saber como as artes, a história e a matemática por exemplo com referência a essa abordagem.

Os trabalhos localizados nesta pesquisa bibliográfica em que houve relação entre a educação científica e a temática indígena mostrou o descontentamento com descompasso muitas vezes apresentado nas formas arcaicas da abordagem que ainda acontecem na celebração do dia 19 de abril – Dia dos Povos Indígenas. Junto a isso, apontou-se melhores resultados no desenvolvimento de atividades pedagógicas quando a educação científica se alia à criatividade (nos planos de aula inter e transdisciplinares), à tecnologia (com o sensoriamento remoto – obtenção de imagens à distância), às práticas contextualizadas (diálogo com a realidade e integrantes indígenas) e a dialogicidade com a área das artes (na produção de trabalhos práticos, estéticos e concretos).

A partir dos trabalhos citados, percebe-se que a comemoração do “dia do índio” nas escolas é, em geral, um equívoco, não na atitude de celebração, mas na forma como esta acontece. Nessas situações infelizmente é comum observar que todos os povos “são colocados dentro de um mesmo pacote” generalizando assim todas as riquezas culturais e as diversidades indígenas, criando uma imagem tão deturpada que se afasta e descola da realidade.

Esse debate tem estado ainda mais aquecido por esses tempos e já passou da hora, uma vez que a partir do ano de 2023 será a primeira vez que o 19 de abril será comemorado o Dia dos Povos Indígenas ao invés do Dia do Índio. Isso se deu graças a uma lei que derrubou o veto presidencial de Jair Bolsonaro que reiterava a não necessidade dessa alteração, uma vez que indígenas vem apontando a nítida diferença entre ser referenciados como indígenas e não como *índios*. Mas devemos nos lembrar que a lei obriga, mas não muda a mentalidade das pessoas, esse é um trabalho que deve ser constante e atribuído de comprometimento.

A educação científica quando aberta ao diálogo com outras áreas do saber no intuito de valorizar e perceber os saberes dos povos originários, pode promover a desconstrução da realidade em que muitos alunos e alunas ainda são levados/as a naturalizar a discriminação em vez de se apropriar da empatia ao se abordar o tema.

O que fazer, esquecer o *Dia do Índio* como data comemorativa? Não! É uma oportunidade para pensar em como aproveitar a ocasião para fazer uma leitura crítica da realidade, para atualizar-se começando pela nomenclatura da data: dia dos povos indígenas, bem como se atentar para as questões vivenciadas que muito afetam esses povos.

É importante que as escolas, principalmente as urbanizadas, comecem a pensar os indígenas como contemporâneos, ou seja, grupos que coexistem no mesmo espaço-tempo. Pessoas que também tem conhecimento e contato com as tecnologias disponíveis e encontrar formas de assegurar cada vez o acesso de qualidade a elas. Mesmo com todo o movimento proposto pela voraz modernidade observamos como povos indígenas tem lutado para manter vivas as suas tradições e suas vidas. São povos que lutam por dignidade e pelo direito de manter suas formas ancestrais de vida. Sobre isso, cabe à educação científica e à todas às áreas do conhecimento reconhecer esses saberes e tecnologias ancestrais.

Nesse sentido, antes se iniciar qualquer tentativa de trabalhar a temática em sala de aula, seria interessante verificar o que os estudantes sabem sobre a diversidade indígena do Brasil, pois o trabalho dos/as docentes e da ciência deve, dependendo da realidade encontrada, tomar caminhos diferentes, possíveis e com mais espaço à essa diversidade.

Nesse ponto a Educação Científica ganha espaço e brilho pois pode contribuir para que alunos e alunas ampliem seus referenciais por meio da pesquisa, informação e criatividade, e assim atualizem possíveis representações arcaicas em seus imaginários ao se abordar a temática. Em comunidades onde a presença dos indígenas faz parte da realidade dos educandos, muitas vezes, a abordagem da temática deve se concentrar na tentativa de quebrar estereótipos provenientes de conflitos de interesses travados entre indígenas e a comunidade local, através de informações novas e que visem promover a valorização da diversidade cultural indígena. Para turmas escolares em que o contato com a temática indígena se realiza apenas por meio de recursos audiovisuais e meios de comunicação, muitas vezes os estereótipos que devem ser desconstruídos são outros, o do “índio” genérico, do bom selvagem.

Por fim, atividades como brincadeiras de roda, jogos de cooperação, contação de histórias, confecção de materiais bem como atividades pautadas na pesquisa e educação científica podem e devem ser algumas possibilidades pedagógicas para tratar do assunto. Com isso se trabalham valores humanos, respeito às diferenças, solidariedade, outras possibilidades para as ciências e epistemologias abrindo frestas para uma realidade e possibilidade de Vida além da visão-homogeneizante urbanizada, exclusivamente branca, neo-liberal, patriarcal, heteronormativa e cristã. O importante é mostrar aos/as estudantes que indígenas são pessoas que como quaisquer outras tem seus problemas, dificuldades, sonhos e a necessidade de espaço e liberdade para manifestar a criatividade para lidar no manejo existencial chamado de Vida.

Agradecimentos e apoios

Expressamos nossos agradecimentos à Gaia – Mãe Terra, aos nossos antepassados, ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFTM, à CAPES, ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade na Educação em Ciências (GEPIC-UFTM), à Thais Ferreira Bessas Silva e ao Edson Marcelino Alves por todo o apoio.

Referências

BICALHO, Poliene Soares Dos Santos. MACIEL, Roseli Martins Tristão. OLIVEIRA, Fernanda Alves Da Silva. **O dia do índio na escola não indígena - uma tradição que precisa ser (des)inventada.** Revista História em Reflexão, v. 15, n. 31. 2022. Dossiê Ensino de História e Cultura Indígena nas escolas. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao>>. Acesso em: 07 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.** 2016. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN142015.pdf>. Acesso em: 14 de novembro 2022.

_____. Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - B - 8/7/2022, Página 6 (Publicação Original), DF, 08 jul. 2022.

_____. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

CORREA, Célia Nunes; XAKRIABÁ, Célia. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018.

KOEPPE, Cleise Helen Botelho. **Desmistificando preconceitos em relação às etnias indígenas brasileiras contemporâneas na educação em ciências do ensino fundamental: contribuições das etnociências e das tecnologias de informação e comunicação.** Dissertação de mestrado em educação em ciências e matemática. PUC – RS. Porto Alegre. 122 f. 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3455>>. Acesso em: 10 de novembro 2022.

KOEPPE, Cleise Helen Botelho. BORGES, Regina Maria Rabello. LAHM, Regis Alexandre. **O ensino de ciências como ferramenta pedagógica de reconstrução das representações escolares sobre os povos indígenas.** Revista Ensaio, v. 16, n. 01. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epec/a/C8gp5BwgzQZPxXB4sRbFCyp/?lang=pt&format=pd>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

KOLLING, Daniel. **Como a transdisciplinaridade se manifesta no ensino de ciências e matemática, na licenciatura em pedagogia ead.** Dissertação de mestrado em Educação em Ciências e Matemática. PUC – RS. Porto Alegre. 67f. 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7587>>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição).** Editora Companhia das letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. Dia do Índio é data ‘folclórica e preconceituosa’, diz escritor indígena Daniel

Munduruku. **Entrevista concedida a Amanda Rossi. BBC News Brasil em São Paulo**, v. 19, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962#:~:text=BBC%20News%20Brasil%20%2D%20Voc%C3%AA%20j%C3%A1,uma%20ideia%20folcl%C3%B3rica%20e%20preconceituosa.&text=Por%20isso%2C%20quase%20sempre%20as,nas%20escolas%20reproduzem%20o%20estere%C3%B3tipo.> Acesso em: 11 de novembro de 2022.

NETO, José Euclides Chacon. **Ensino de ciências na perspectiva multicultural: uma proposta de atuação com estudantes indígenas de uma escola pública do DF**. Dissertação de mestrado em Ensino de Ciências. UnB – DF. Brasília. 125 f. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40281>>. Acesso em: 07 de novembro 2022.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de. QUEIROZ, Glória Regina Pessôa Campello. **Educação em Ciências e Direitos Humanos: Reflexão-ação em/para uma sociedade plural**. Editora Multifoco, Rio de Janeiro-RJ, 2013.

PINTO, Danilo César Souza. XAVIER, Diana Barreto. **A representação dos indígenas num cotidiano escolar**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 13, n. 2. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/86659/55596>>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

TADEU, Tomaz. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os Involuntários da Pátria. Aracê. Direitos humanos em Revista. Ano 4, n.5., fev. 2017.